

CV Eurico José Marques dos Reis

Nasceu em 15 de Dezembro de 1956, em São Sebastião da Pedreira, Lisboa e no ano lectivo de 1963/64 iniciou os seus estudos na Escola Primária do Bairro da Encarnação, Santa Maria dos Olivais, prosseguindo-os, durante os anos lectivos de 1967/68 a 1973/74, no, à data, Liceu Padre António Vieira, em Lisboa, onde concluiu o então 7º ano dos Liceus.

Frequentou a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, entre o ano lectivo de 1975/76 e o de 1979/80, tendo-se licenciado em Direito em Agosto de 1980.

Foi membro, em todo esse período, das várias Comissões de Curso de cada um desses anos e, desde que a mesma foi criada e até 1980, foi-o também da Assembleia de Representantes dessa Faculdade.

Em 1979/80, em representação da Direcção da AAFDL (Associação de Alunos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa), organizou, sob a supervisão do Professor António Hespanha, uma Conferência sobre Métodos de Avaliação.

Realizou no Verão de 1981 o exame de admissão ao CEJ (Cento de Estudos Judiciários), tendo tomado posse como auditor de justiça em 28 de Setembro desse mesmo ano e como Juiz de Direito em regime de estágio, já com poder de jurisdição, em 29 de Setembro de 1982, no Tribunal Judicial (de competência genérica) de Cascais. No ano de 1981/82, pertenceu, em representação dos auditores de justiça, ao Conselho de Gestão do CEJ.

Já como Juiz de Direito foi nomeado, em primeira colocação, para o Tribunal de Instrução Criminal do Círculo Judicial de Faro, exercendo, posteriormente, funções no Tribunal do Trabalho do Círculo Judicial do Funchal (com jurisdição sobre toda a Região Autónoma da Madeira, tendo temporariamente exercido, em acumulação, o lugar de Juiz no Tribunal de Instrução Criminal desse mesmo Círculo Judicial), no 2º Juízo de Competência Genérica do Tribunal Judicial de Cascais, ocupando o lugar de presidente-administrativo do mesmo, e no 1º Juízo Cível – hoje 1ª Vara Cível – de Lisboa (Palácio da Justiça).

Em Setembro de 1999, tomou posse como Juiz (Auxiliar) na Secção Cível do Tribunal da Relação de Évora, passando, a partir de 19 de Setembro de 2001, a exercer funções como Juiz Desembargador na 1ª Secção (Cível) do Tribunal da Relação de Lisboa, onde ainda se mantém.

Co-organizou, em 1993, sob a égide da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, uma “Conferência sobre a Reforma do Processo Civil” e foi um dos oradores na “Conferência sobre a Reforma do Código de Processo Civil” organizada em 1994 pelo CEJ.

Foi, entre 1990 e 1994, formador (nas fases de iniciação e de pré-afecção) de Juizes portugueses e de Juizes e Procuradores de PALOP's, em especial os oriundos de Cabo Verde, tendo continuado a sê-lo, até 1996, apenas quanto aos últimos.

Entre 2001 e 2002, presidiu ao Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Justiça do Instituto Nacional de Estatística (INE) e foi, entre 2001 e 2005, Presidente da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista.

Em Setembro de 2000, a convite da Embaixada dos Estados Unidos na Hungria, foi um dos oradores na “Conference on Intellectual Property Enforcement for Pharmaceuticals in Central and Eastern Europe”.

Participou, como orador, em Bienais de Direito da Família organizadas pelo Centro de Direito da Família da Universidade de Coimbra e em várias Conferências organizadas pelo Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados, bem como em sessões de formação patrocinadas por esse Conselho Distrital.

Tem trabalhos publicados nas revistas jurídicas “Sub Judice”, “Forum Justitiae” e “Vida Judiciária”. Foi um dos autores do livro “Estudos sobre Temas do Processo Civil”, publicado em 2001 pela “SFN Editores, Lda.” e colaborou com um artigo no n.º 10 (Primavera de 2007) da revista semestral “Trajectos – Revista de Comunicação, Cultura e Educação”, editada pelo Departamento de Sociologia do ISCTE, bem como com um outro na Revista da Câmara de Comércio Americana em Portugal (CCAP).

Desde finais de 2000 que vem colaborando com INPI (Instituto Nacional de Propriedade Industrial), tendo participado, em representação deste Instituto, durante o ano de 2003, na fase final dos trabalhos do Grupo de Trabalho de Contencioso do European Patent Office (EPO), com vista à elaboração de um projecto de tratado de criação de um sistema judicial europeu unificado em matéria de patentes (EPLA – European Patent Litigation Agreement), que foi concluído, mas não ratificado pelos Estados Contratantes.



Em 2001, 2003 e 2006, participou em Simpósios sobre marcas e desenhos industriais organizados pelo Office for Harmonization in the Internal Market, em 2002, 2004 e 2008, respectivamente, nos 11th, 12th e 14th European Patent Judges Symposium, organizados pelo EPO e em 2005 e 2009, em Washington DC, nas 4th e 5th International Judges Conference, organizada, entre outros, pelo Intellectual Property Owners Education Foundation.

Foi orador no I.º Congresso Nacional de Propriedade Intelectual organizado pelo INPI em Maio de 2008, em Lisboa.

É membro da IPJA (Intellectual Property Judges Association), associação internacional de juizes criada em 2005, com sede em Veneza, cidade na qual essa organização se reúne anualmente.

Preside, desde Maio de 2007, ao CNPMA – Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida e integra um grupo informal de peritos criado em 2008 na Direcção da Economia do Conhecimento da Direcção Geral do Mercado Interior e Serviços da Comissão Europeia, com vista à criação de um sistema jurisdicional comunitário em matéria de patentes.